

Apresentação do dossiê ***Diálogos na Teoria Crítica*** **(Parte II)**

Na Parte I do dossiê *Diálogos na Teoria Crítica*, indicamos sua proposta reside em explorar, com rigor teórico-conceitual, alguns dos principais debates que tiveram impacto sobre a consolidação da teoria crítica da sociedade ou sobre a trajetória intelectual de seus representantes. A ideia é mostrar como a filosofia e a teoria social não se fazem de modo solitário e estático; elas envolvem, no mais das vezes, um processo dinâmico de interação com outros pensadores, tradições teóricas e modos de fazer filosofia e teoria social.

Na presente edição apresentamos a Parte II do dossiê, composta por textos que tratam de uma variada gama de temas, períodos e debates que marcaram a história (e a atualidade) da teoria crítica, incluindo nomes como Karl Marx, Theodor Adorno, Ernst Bloch, Erich Fromm, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Jürgen Habermas, Axel Honneth e Nancy Fraser em diálogo com Jacques Derrida, Simone de Beauvoir, Jacques Rancière, Judith Butler, Michel Foucault, Antonio Gramsci e Ernest Newman. Os textos foram organizados segundo quatro eixos: o “bloco Marx”, o “bloco Adorno”, o “bloco Habermas” e o “bloco Fraser”.

Abrindo o presente volume e o “bloco Marx”, o texto de Josué Pereira da Silva (UNICAMP) explora o conceito de *trabalho* na obra de Marcuse, procurando situá-lo em relação às formulações marxianas e, ao mesmo tempo, destacar o papel que tal conceito exerceu no âmbito dos movimentos sociais e tendências teóricas contemporâneas a Marcuse. O autor explora a visão marcuseana da conexão entre trabalho alienado, propriedade privada e a teoria marxiana da revolução, destacando que, tanto para Marcuse como para Marx, o trabalho é, ao mesmo tempo, tanto aquilo que torna o

ser humano propriamente humano, distinto do animal, como aquilo que o nega e o aprisiona — quando, sob o capitalismo, assume a forma do trabalho *alienado*. Dessa perspectiva, a libertação do ser humano apenas pode ocorrer no curso de uma revolução social que seja capaz de abolir o trabalho (alienado) — a experiência na União Soviética mostrou que não basta a substituição da propriedade privada pela propriedade coletiva para que a classe trabalhadora se liberte do reino da necessidade. O autor não deixa indicar, contudo, as dificuldades que surgem quando se considera, como Marcuse, que o trabalho é *ao mesmo tempo* uma categoria ontológica e uma instituição a ser abolida. O artigo encerra destacando que as reflexões de Marcuse antecipam a discussão posterior em torno da crise da sociedade do trabalho e da emergência do imaterial.

O diálogo com a herança teórica de Marx também é abordado no artigo de Felipe Araújo Castro (UFERSA/UFMG) acerca da concepção de Bloch de direitos humanos. Neste artigo, porém, não apenas são analisadas as convergências entre os dois autores: a ênfase recai aqui especialmente sobre as divergências entre eles no que se refere ao potencial da herança das revoluções burguesas e de seus ideais de emancipação. Apoiando-se na célebre distinção estabelecida por Marx em *Sobre a questão judaica* entre emancipação política e emancipação humana, o autor localiza o distanciamento entre Bloch e Marx no fato de que Bloch considera que a emancipação política pode ser — caso venha a sair de seu estado incompleto e a realizar suas promessas não cumpridas, isto é, seu excedente utópico — um estágio no processo de realização da emancipação humana, ao passo que Marx veria a emancipação política alcançada pelas revoluções burguesas como um processo acabado e incapaz de conduzir à plena realização da emancipação humana. Trata-se, assim, de abordagens da noção de *Aufhebung* que conferem maior peso, respectivamente, à continuidade ou à ruptura com as revoluções burguesas — e com a concepção de direitos humanos que as acompanha. Apesar de não representar um rompimento com o pensamento de Marx, defende o autor, a teoria blochiana dele se afasta por conta das experiências vividas

por Bloch em meio aos acontecimentos históricos do século XX que o levaram a atribuir um caráter bastante positivo às conquistas liberais e burguesas no campo da emancipação política.

Em seguida, temos quatro artigos dedicados ao diálogo de Theodor Adorno com outros pensadores, a saber, Ernest Newman (e, indiretamente, Richard Wagner e Friedrich Nietzsche), Erich Fromm, Walter Benjamin e Jürgen Habermas. Cada diálogo, ademais, tem um objeto distinto; trata-se de discutir, respectivamente, música, humor, dialética e a relação entre teoria e práxis.

Iniciando esse “bloco Adorno” do dossiê, Henry Burnett (UNIFESP) analisa as três resenhas escritas por Adorno sobre a monumental investigação biográfica de Ernest Newman em torno da vida e da obra de Richard Wagner. Como mostra Burnett, as duas primeiras resenhas, dedicadas aos tomos II e III da biografia, contêm avaliações majoritariamente positivas acerca do trabalho de Newman. Na terceira resenha, contudo, dedicada ao tomo IV da biografia, Adorno vai além do comentário característico de uma resenha e parte para considerações mais especulativas, em direção a uma interpretação própria de um aspecto específico da vida de Wagner: seu antissemitismo (e o de sua segunda esposa, Cosima Wagner), que Adorno considera uma antecipação do fascismo que viria a vicejar na Alemanha no século XX. Apoiado no material coletado por Newman e no “conhecimento sócio-psicológico atual” — isto é, na psicanálise freudiana —, Adorno identifica no comportamento de Richard e Cosima Wagner importantes traços do caráter fascista: tendências paranoicas e sadomasoquistas, projeção da própria agressividade sobre os outros, despotismo, aversão à pluralidade de opiniões e, é claro, antissemitismo. Burnett apresenta ainda, a partir dessas análises, a comparação feita por Adorno entre o caráter apropriável pelo nazismo da obra musical de Wagner e da obra filosófica de Nietzsche, mostrando que, ao passo que defende o último contra acusações de ligação estrutural com o nazismo, Adorno é muito mais ambíguo com

relação ao primeiro, chegando a denunciar uma predisposição de seu material musical para a utilização pelo aparato manipulador nacional-socialista.

Em seguida, no primeiro artigo internacional do dossiê, Jarno Hietalahti (Universidade de Jyväskylä, Finlândia) tematiza a possibilidade de um humor socialmente crítico a partir do pensamento de Adorno e Fromm. Ao contrário dos demais textos do “bloco Adorno”, contudo, Hietalahti confere maior destaque aos pontos que aproximam os filósofos do que àqueles que os distanciam. Assim, por exemplo, tanto Adorno quanto Fromm desafiam o senso comum de que o humor, em suas variadas formas de expressão, representa um traço humano inocente ou inerentemente positivo. Na medida em que é absorvido pela indústria cultural, o humor, como outros produtos culturais sob a lógica capitalista, passa a exercer uma função domesticadora e homogeneizadora dos atores sociais, penetrando na sua vida cotidiana e em seu tempo livre como um escape ao enfrentamento das questões mais duras que o mundo do trabalho lhes impõe. Seu caráter compartilhado e socializante, fortalecedor de identidades de grupo, torna o humor especialmente instrumentalizável por forças integradoras das diferenças. Mais difícil, contudo, é encontrar nos escritos de Fromm e Adorno possibilidades para um humor socialmente crítico, e é a partir de fragmentos assistemáticos que o autor procura desvendar alguns traços do que seria, para eles, um humor genuíno, vivo, com potencial para revelar a insanidade de uma sociedade doente. De todo modo, o humor permanece um fenômeno aberto, podendo gerar riso e ansiedade ao mesmo tempo, e é nessa abertura que reside seu potencial crítico.

Walter Benjamin é o interlocutor de Adorno no artigo de Igor Lula Pinheiro Silva (UNESP), que toma como ponto de partida ensaios e, principalmente, cartas trocadas entre ambos ao longo da década de 1930. O autor ressalta a influência recíproca que marcou — com diferentes graus e direções ao longo do tempo — a relação entre os dois filósofos, mas o objetivo principal reside, aqui, em discutir as diferenças entre a concepção de *dialética* de cada um. Assim, apesar da existência de um projeto filosófico comum

a ambos, gestado durante a década de 1920, as divergências entre eles vão se tornando cada vez mais evidentes e marcadas na década seguinte, e um dos pontos centrais da discordância pode ser localizado, segundo a perspectiva defendida no artigo, no caráter mediado (para Adorno) ou imediato (para Benjamin) do método dialético empregado para analisar a obra de arte em sua relação com a sociedade capitalista contemporânea. Para Adorno, de um lado, Benjamin falharia em pôr em movimento um procedimento propriamente dialético na medida em que, especialmente a partir das influências materialistas que marcam sua produção na década de 1930, ele relaciona de modo um tanto direto traços individuais da superestrutura a traços análogos da infraestrutura, sem referência ao processo social total como mediação entre eles. Benjamin, de outro lado, parece não ver uma diferença fundamental de método entre ele e Adorno, mas antes uma diferença de objetos de análise. O diálogo entre ambos foi, contudo, como se sabe, abruptamente interrompido com a morte de Benjamin em 1940.

Fechando o “bloco Adorno” — e abrindo o “bloco Habermas” —, Marina Hervás Muñoz (Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha) reconstrói o debate entre estes dois filósofos acerca do problema da relação entre teoria e práxis, trazendo para o primeiro plano a possibilidade de a teoria se tornar realidade. O texto assume, inicialmente, a perspectiva de Habermas e retoma os diferentes estágios que, segundo ele, marcaram a história da filosofia em sua relação com a prática. A partir dessa sistematização, e ainda sob a perspectiva habermasiana, a autora discute quais seriam os aspectos problemáticos da posição de Adorno, com destaque para três dimensões: a reformulação do lugar da filosofia, o confronto entre racionalidade instrumental e racionalidade comunicativa, e o modelo do autoesclarecimento. Na parte final do artigo, entretanto, a autora passa a questionar as acusações de Habermas, defendendo que na visão adorniana acerca da não identidade entre teoria e práxis, que leva a uma relação altamente mediada entre elas, pode ser encontrada uma tomada de posição prática mais radical que o mero “ativismo” ou “practicismo”. O *nicht-mitmachen* de Adorno é visto, desse modo, sob uma luz mais positiva, não mais como o

refúgio de um purista que não quer “contaminar” a teoria com a prática, mas antes como uma atitude crítica comprometida com a recusa de toda prática irrefletida e, por conseguinte, reificadora.

Na contribuição de Jonathas Vinicius Figueiredo Moraes (USP) para o dossiê, Habermas entra em um diálogo indireto com Jacques Derrida por meio da apropriação crítica que Axel Honneth faz de ambos, tendo como fio condutor a tensão entre princípios de justiça no âmbito do Direito (e, mais precisamente, no campo de aplicação do Direito). Trata-se da tensão entre, de um lado, o universalismo e o igualitarismo na base da ética do discurso de inspiração kantiana desenvolvida por Habermas, e de outro, a lógica assimétrica da ética do cuidado implicada na concepção derridiana de justiça. Em um dos polos da questão, argumenta o autor, Habermas mantém-se atrelado a um paradigma kantiano de cognitivismo moral no qual, apesar de uma certa abertura ao particular e ao “outro concreto”, ainda exercem um papel normativo predominante as considerações acerca dos pressupostos comunicativos e das regras de argumentação. Assim, Honneth é atraído pela ética desconstrucionista de Derrida porque ela procura abarcar as dimensões não apenas assimétricas, mas também afetivas e não discursivas da justiça e do Direito. Em sua tentativa de reconciliar ambas as perspectivas, entretanto, Honneth teria posto a perder alguns elementos fundamentais da teoria de Derrida, especialmente sua noção de “experiência do impossível” e sua distinção entre justiça e Direito, o que teria como consequência a exclusão, do campo de aplicação do Direito, daqueles elementos afetivos e assimétricos do cuidado infinito com o outro concreto — os quais seriam limitados, na teoria honnethiana, à esfera do amor. O artigo procura, então, contornar essa limitação por meio da reintrodução desses elementos, a exemplo de autoras feministas como Seyla Benhabib e Iris Young.

Fechando o “bloco Habermas”, Marcia Morgan (Muhlenberg College, EUA) nos brinda com um diálogo imaginário entre Habermas e Simone de Beauvoir. Seu objetivo é propor uma renovação da teoria crítica da natureza a partir de um “ecofeminismo existencial” inspirado no marco teórico beauvoiriano. Para isso,

a autora inicia defendendo Beauvoir contra as acusações, feitas especialmente por autoras ecofeministas da primeira geração, de que ela teria visto a opressão da mulher como o resultado de sua ligação particular com a sua natureza corporal, em especial sua capacidade de gestação, e teria concebido, desse modo, a liberdade como a possibilidade de transcender esse vínculo com a natureza — e, assim, de *dominar* a natureza. Uma leitura mais atenta de *O segundo sexo*, no entanto, permitiria ver que a ideia existencial de liberdade esposada por Beauvoir requer, sim, um distanciamento de uma identidade feminina puramente corporalmente definida, mas postula também uma reintegração com a natureza e com a sua própria corporeidade na forma de um ser-com (*Mitsein*) outros. Trata-se, portanto, de uma concepção intersubjetiva de liberdade, que a autora contrapõe à noção habermasiana de dignidade humana desenvolvida a partir dos anos 2000, a qual se vincula bastante fortemente ao corpo (*Leib*) dos sujeitos — o que fica especialmente claro quando Habermas discute os limites éticos envolvidos na manipulação de embriões humanos. A proposta da autora não implica, entretanto, em descartar a contribuição habermasiana para uma teoria crítica da natureza, tampouco sua importante crítica da eugenia liberal, mas antes combiná-las com o quadro conceitual beauvoiriano para construir uma teoria discursivo-corporal da natureza humana.

Por fim, o “bloco Fraser” é composto por três artigos que tematizam aspectos da obra da autora e pela tradução para o português de seu texto “Heterosexism, Misrecognition and Capitalism”.

Iniciando o bloco, Enrico Paternostro Bueno da Silva (UNICAMP) traz para o primeiro plano uma fase pouco estudada e debatida da obra da autora: seus escritos da década de 1980 e da primeira metade da década de 1990, nos quais ela procura, em diálogo com Habermas, Michel Foucault e Antonio Gramsci, desenvolver uma concepção crítica da política de interpretação de necessidades. Trata-se da tentativa de compreender os conflitos sociais e políticos que se dão em torno da definição, da interpretação e da satisfação das necessidades ou demandas dos atores sociais.

Um dos aspectos mais importantes sob esta perspectiva são as assimetrias de poder que perpassam os discursos dos mais diversos agentes envolvidos nas diferentes fases das políticas de necessidades e que levam à politização ou à despolitização de reivindicações específicas. O autor destaca que o modelo da “jovem Fraser” envolve a apropriação de temas habermasianos (suas concepções de esfera pública e de opinião pública, por exemplo, ou o diagnóstico de juridificação do Estado social), foucaultianos (em especial uma noção capilarizada de poder) e gramscianos (as noções de hegemonia, de senso comum e de concepção de mundo, bem como a importância conferida à cultura política de grupos subalternos, contra-hegemônicos). Apesar de seu enraizamento na realidade estadunidense, a disputa conceitualizada por Fraser entre os discursos opostos (movimentos sociais emancipatórios), reprivatizadores (grupos de interesse) e de especialistas (burocratas da administração estatal) poderia, defende o autor, ser atualizado de forma produtiva para analisar a realidade brasileira recente.

No primeiro volume do dossiê, a *Idéias* publicou a tradução da primeira parte do debate entre Judith Butler e Nancy Fraser acerca do heterossexismo: a intervenção de Butler provocativamente intitulada “Meramente cultural”. Neste volume, trazemos a resposta de Fraser, “Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo”, e mais dois artigos sobre este debate que marcou época. Se Butler havia questionado, em seu texto, o modo como a cisão entre o cultural e o material sub-repticiamente reaparece na tentativa de Fraser de superar tal dicotomia, e portanto o fato de que esta não teria levado suficientemente a sério a imbricação entre a regulação da sexualidade e o funcionamento do modo de produção econômico (reproduzindo, dentro da esquerda, o menosprezo e a subordinação violenta que determinados grupos — tachados de “meramente culturais” — sofrem em seu cotidiano), Nancy Fraser vai defender, em sua resposta, que a distinção entre cultura e economia não implica a cisão entre o cultural e o material, e muito menos um menosprezo das injustiças que podem ser alocadas em um ponto mais próximo do polo do reconhecimento (em oposição ao da redistribuição) em um espectro que representa, ademais,

um experimento de pensamento que não permite cisões abruptas, mas apenas passagens graduais. Fraser argumenta, ainda, que a distinção entre economia e cultura é fruto do capitalismo moderno, de modo que a invocação feita por Butler das descrições histórico-antropológicas Marcel Mauss e Claude Lévi-Strauss em nada abala a necessidade de separar, hoje, redistribuição e reconhecimento.

Em seu artigo, Aléxia Bretas (UFABC) — que também é autora da tradução dos textos de Butler e Fraser publicados neste dossiê — explora tanto as aproximações quanto os distanciamentos entre as duas filósofas. A autora inicia com a constatação de que Butler e Fraser têm um ponto de partida comum: a convicção acerca da necessidade de se criticar as políticas de representação cujo objetivo reside unicamente na valorização das identidades culturais. Com base não apenas em uma detalhada reconstrução dos argumentos desenvolvidos em “Meramente cultural” e em “Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo”, mas também em uma caracterização mais ampla do quadro teórico geral no qual cada autora se apoia, Aléxia Bretas procura mostrar que o caminho adotado é bastante diferente em cada caso. Fraser e Butler concordam com uma abordagem desconstrutiva no que se refere à política do reconhecimento, de modo a não reificar identidades no próprio processo mediante o qual se procura representá-las e defendê-las. Butler recorre à estratégia, entretanto, de expandir a abordagem desconstrutiva para o âmbito da teoria social, procurando desestabilizar a própria diferenciação entre redistribuição e reconhecimento, entre o econômico (ou material) e o cultural mediante uma análise da inseparabilidade empírica entre os dois “polos”. Fraser, por seu turno, não considera produtivo borrar uma distinção colocada, segundo ela, pelo próprio capitalismo moderno, mas antes defender a co-originaridade, a igual importância e o inevitável entrelaçamento entre injustiças econômicas e injustiças culturais. A tensão entre intenções semelhantes e trajetórias discrepantes perpassa, assim, todo o artigo.

Fechando o “bloco Fraser” e a coletânea de artigos do dossiê, Ingrid Cyfer (UNIFESP) também aborda o debate entre Fraser e

Butler, mas com foco e ênfase distintos. Trata-se, agora, de salientar um outro ponto de discordância entre as filósofas, qual seja, o equilíbrio entre diagnóstico e normatividade — um aspecto caro para o campo da teoria crítica. Para Cyfer, em Butler a balança pesa mais para o lado do diagnóstico, ao passo que em Fraser ela pesa mais para o lado da normatividade. Consequentemente, a teoria de Butler sofreria de um déficit de negatividade, e a de Fraser padeceria de um déficit de diagnóstico. De um lado, a recusa de Butler em trazer à luz o horizonte normativo implícito em sua crítica da subordinação, ligada à dificuldade que seu quadro teórico enfrenta quando se trata de encontrar os potenciais de resistência dos sujeitos frente ao poder e à norma, fazem com que não seja fácil apreender com precisão o momento emancipatório da teoria *queer* por ela inaugurada, na medida em que não se tem critérios para dizer quais transformações sociais seriam positivas, progressistas ou emancipatórias, e quais seriam negativas, retrógradas e reprodutoras de opressões e subordinações. Fraser é uma das autoras que apontaram esse déficit normativo na teoria de Butler. No entanto, a própria Fraser pode ser criticada por uma certa fixação na formulação de princípios normativos e pela recusa em levar em consideração um aspecto fundamental do diagnóstico do tempo presente: a dimensão psíquica, ligada aos motivos pelos quais os sujeitos se submetem (ou deixam de se submeter, resistindo) às normas que os subordinam. O que fica de fora do quadro de visão de Fraser é justamente a *ambiguidade* da dominação social, algo especialmente importante para a análise das opressões de gênero.

Na seção de entrevistas, Andrew Feenberg discute seu novo livro e outros temas ligados aos desafios atuais da teoria crítica em um diálogo conduzido por Bruna Della Torre de Carvalho Lima e Eduardo Altheman Camargo Santos. Além de ser autor de influentes estudos sobre a tradição da teoria crítica, especialmente no que diz respeito às suas origens no pensamento de Marx e de Lukács, Feenberg tem uma sólida produção no campo da filosofia da tecnologia. Nesta entrevista, ele esclarece suas posições acerca de questões como a possibilidade de conexão entre teoria e práxis

hoje, as potencialidades da crise para uma prática desreificadora, a relação entre teoria e consciência de classe, a especificidade da classe trabalhadora frente a outras coletividades oprimidas e o papel dos meios de comunicação e da indústria cultural na atualidade. Ao final da entrevista, Feenberg reflete sobre o contraste entre os posicionamentos de Marcuse, de um lado, e de Adorno e Horkheimer, de outro, a respeito das potencialidades da *New Left*, defendendo a necessidade de retomar e atualizar o pensamento marcuseano a fim de compreender novas possibilidades de oposição prática que surgem concomitantemente ao enfraquecimento da resistência da classe trabalhadora ao capitalismo.

A Parte II do dossiê *Diálogos na Teoria Crítica* é encerrada com a resenha escrita por Arthur Bueno a respeito do livro *Recognition or Disagreement: A Critical Encounter on the Politics of Freedom, Equality, and Identity*, no qual Axel Honneth e Jacques Rancière expõem e debatem as aproximações e distanciamentos entre suas posições teóricas. O foco do volume, publicado em 2016 e composto por artigos de ambos e um debate entre os autores realizado em Frankfurt alguns anos antes, está na forma como cada um concebe a relação entre determinada ordem (política, normativa, de identidade) e os processos de surgimento e transformação aos quais ela é submetida. Rancière, de um lado, atribui um peso bastante significativo aos momentos de indiferenciação e desidentificação no processo de subjetivação, enxergando a fixação de identidades como o momento em que se estabelecem hierarquias e particularidades que aprisionam os sujeitos assim constituídos. Perder-se-ia, com o reconhecimento de identidades mais ou menos fixas, aquele aspecto radicalmente igualitário de um espaço de devir comum. Honneth, de outro lado, embora não desconsidere tais momentos de desidentificação, reserva a eles o papel de estágios intermediários, transitórios, no caminho em direção a formas mais abrangentes e menos distorcidas de reconhecimento, e, portanto, aqui a ênfase recai sobre um processo de aprendizagem cujo *telos* normativo não é a desestabilização das identidades pessoais e das ordens políticas, mas antes a progressiva constituição de formas mais completas de

integridade pessoal. Uma saída para essa contraposição, sugere o autor da resenha, seria desenvolver o potencial presente, porém não considerado de forma sistemática, em ambas as abordagens: a imbricação constitutiva entre “polícia e política, identidade e desidentificação, relação dual e multiplicidade impessoal, ordem normativa e processo de subjetivação, modelo jurídico e modelo artístico”.

Como na Parte I do dossiê, temos o privilégio contar com a arte de Natália Calamari ilustrando a capa do presente volume.

Esperamos que os dois volumes do dossiê sejam um ponto de partida para novas conversas e debates no campo da teoria crítica — e para além dele. Boa leitura!

*Mariana Teixeira*¹

*Raphael Concli*²

Comitê editorial da *Revista Idéias*

¹ Doutora em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Contato: mariana.on.teixeira@gmail.com.

² Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Contato: raphconcli@gmail.com.